
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngue



Arizona State University

Volume 34 Número 56

9 de junho de 2026

ISSN 1068-2341

História, Políticas e Desafios da Pós-Graduação no Brasil: Um Olhar para os Planos Nacionais

Aline Luz Mesquita

Colégio Ápice
Brasil

Ivan Fortunato

Instituto Federal de São Paulo
Brasil



Claudio Pinto Nunes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Brasil

Citação: Mesquita, A. L., Fortunato, I., & Nunes, C. P. (2026). História, políticas e desafios da pós-graduação no Brasil: Um olhar para os Planos Nacionais. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 34(56). <https://doi.org/10.14507/epaa.34.9231>

Resumo: O artigo examina a trajetória da Pós-Graduação no Brasil, desde o “Parecer Sucupira” de 1965, como marco fundamental da sua regulamentação e institucionalização. Além de traçar esse histórico, o artigo se debruça sobre o Planos Nacionais de Pós-Graduação, descrevendo os sete planos, desde o primeiro, de 1975, até o sétimo, ainda em versão preliminar no momento da escrita do artigo. Nessa descrição, buscou-se examinar especificamente o foco de cada Plano, seus objetivos principais e os avanços identificados a partir do anterior. Ao final, a análise revelou que os Planos

Nacionais de Pós-Graduação têm promovido avanços significativos, mas ainda enfrentam desafios como desigualdades regionais, precarização do financiamento e a necessidade de maior articulação com o setor produtivo e internacionalização.

Palavras-chave: educação; Plano Nacional de Pós-Graduação; programas de pós-graduação

History, policies and challenges of graduate studies in Brazil: A look at National Plans

Abstract: This paper examines the trajectory of postgraduate studies in Brazil, since the “Sucupira Report” of 1965, as a fundamental milestone in its regulation and institutionalization. In addition to tracing this history, the paper focuses on the National Graduate Plans, describing the seven plans, from the first, in 1975, to the seventh, still in a preliminary version at the time of writing the paper. In this description, it was sought to specifically examine the focus of each Plan, its main objectives and the advances identified from the previous one. In conclusion, the analysis revealed that the National Graduate Plans have promoted significant advances but still face challenges such as regional inequalities, precarious funding, and the need for greater integration with the productive sector and internationalization.

Keywords: education; National Graduate Plan; graduate programs

Historia, políticas y desafíos del posgrado en Brasil: Una mirada a los Planes Nacionales

Resumen: El artículo examina la trayectoria del posgrado en Brasil, desde el “Dictamen Sucupira” de 1965, considerado un hito fundamental en su regulación e institucionalización. Además de trazar este recorrido histórico, el texto se centra en los Planes Nacionales de Posgrado, describiendo los siete planes, desde el primero, de 1975, hasta el séptimo, que se encontraba aún en versión preliminar en el momento de la redacción del artículo. En esta descripción, se buscó analizar específicamente el enfoque de cada Plan, sus objetivos principales y los avances identificados con respecto al plan anterior. Finalmente, el análisis revela que los Planes Nacionales de Posgrado han promovido avances significativos, pero aún enfrentan desafíos como las desigualdades regionales, la precarización del financiamiento y la necesidad de una mayor articulación con el sector productivo y la internacionalización.

Palabras-clave: educación; Plan Nacional de Posgrado; programas de posgrado

História, Políticas e Desafios da Pós-Graduação no Brasil: Um Olhar para os Planos Nacionais

Este artigo é sobre a Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil, que tem se consolidado como um componente essencial do sistema educacional, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação profissional. Aqui, apresentam-se resultados obtidos durante o desenvolvimento da tese de doutorado “Mestrado Acadêmico e o desenvolvimento profissional de professores da educação básica: contribuições na formação, pesquisa e prática de egressos do PPGE-So/UFSCar” (Mesquita, 2024).

Durante a produção da tese, que teve como objeto o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, foi necessário se debruçar sobre os elementos que dão título a este artigo: a história, as políticas e os desafios da Pós-Graduação brasileira.

Desde sua formalização no Estatuto das Universidades Brasileiras, o conceito de Pós-Graduação evoluiu significativamente, refletindo as mudanças nas demandas sociais e nas necessidades do mundo do trabalho. Este artigo tem como objetivo explorar a trajetória histórica da

Pós-Graduação no Brasil, destacando os principais marcos que contribuíram para sua estruturação e expansão, bem como as políticas públicas que moldaram seu desenvolvimento.

Foi a partir da década de 1950, com a criação de instituições e agências de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que o Brasil começou a trilhar um caminho de crescimento na produção científica. Apesar de ser um sistema relativamente jovem, a Pós-Graduação brasileira tem demonstrado um aumento significativo na produção acadêmica.

Dessa forma, o objetivo do artigo é analisar a evolução da Pós-Graduação no Brasil, destacando sua trajetória histórica, as políticas públicas implementadas e os desafios enfrentados ao longo do tempo, focando nos Planos Nacionais de Pós-Graduação.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo foi elaborado em duas seções. Primeiro, buscamos explorar os principais marcos e eventos que contribuíram para a consolidação da Pós-Graduação no país, desde sua formalização até a primeiro quartil da década de 2020. Na sequência, examinamos os Planos Nacionais de Pós-Graduação, os quais expressam as políticas e diretrizes que moldaram seu desenvolvimento, incluindo a criação de agências de fomento e a implementação de planos nacionais.

Por meio de uma revisão documental e de literatura, este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais profunda da Pós-Graduação no país, suas conquistas e os caminhos que ainda precisam ser trilhados para garantir sua relevância e eficácia no futuro. Ao final, espera-se oferecer subsídios para um debate mais amplo sobre os desafios e potencialidades da Pós-Graduação, visando fortalecer sua contribuição ao desenvolvimento acadêmico e à formação de profissionais qualificados.

História e Desenvolvimento da Pós-Graduação Brasileira

Pode-se dizer que a Pós-Graduação no Brasil se constitui enquanto sistema sólido de reconhecimento internacional com o intuito de propiciar o desenvolvimento da educação superior fomentando a pesquisa científico-acadêmica. No entanto, o caminho trilhado até o alcance de reconhecida consolidação foi longo e demarcado por importantes eventos. Cabe salientar, contudo, que a organização que fazemos desse percurso em momentos ou fases históricos constitui uma estratégia analítica que não deve ser interpretada como um processo evolutivo meramente linear. Isso quer dizer que não se assume aqui que o modelo contemporâneo de Pós-Graduação estivesse meramente *contido* nas experiências precedentes, mas que diferentes arranjos institucionais emergiram de conjunturas históricas específicas.

A regulamentação da Pós-Graduação se deu há cinquenta anos, no ano de 1965 por Newton Sucupira, com a promulgação do Parecer 997/65, conhecido como “Parecer Sucupira”, pelo Conselho Federal de Educação, embora tenham sido constatadas iniciativas anteriores de pesquisa.

O referido Parecer apresenta a definição das duas modalidades de Pós-Graduação: *stricto sensu* e *lato sensu*. Essa última corresponde às chamadas especializações, com duração mínima de 360 horas. Os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* não conferem diploma, mas certificado. A primeira “apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico”; compõem a Pós-Graduação *stricto sensu* os cursos de Mestrado e Doutorado. Assim, a história e evolução que aqui apresentamos e discutimos é a da modalidade *stricto sensu*.

Saviani (2002) resgatou a história da Pós-Graduação brasileira, dividindo os fatos em três momentos distintos: antecedentes; período heroico (termo utilizado para designar o período de implantação); e, por fim, a fase de consolidação e expansão. Segundo o autor, a fase dos antecedentes é marcada pelo primeiro movimento em prol de implantar a Pós-Graduação no país,

ocorrido após a Revolução de 1930, em decorrência das Reformas Francisco Campos, com o decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, o qual inclui o Estatuto das Universidades Brasileiras.

O termo “Pós-Graduação” foi empregado pela primeira vez formalmente no citado Estatuto das Universidades Brasileiras, no Artigo 71, distinguindo os tipos de cursos oferecidos, sendo: cursos de formação, cursos de aperfeiçoamento, cursos de especialização, cursos de Pós-Graduação e cursos de doutorado. Nessa época, foi preciso recorrer à contratação de professores estrangeiros, principalmente europeus, para compor o quadro docente inicial. Assim, foi proposta a formação universitária com base nos moldes europeus, tendo as normativas do estatuto propiciado a criação das primeiras universidades, ofertando, inicialmente, apenas cursos de graduação.

A legislação permitiu que as universidades comesçassem a ser organizadas em regime de cátedras, baseando-se nas experiências de professores europeus enviados em missões acadêmicas ou refugiados que buscavam distanciamento do turbulento período pós-guerra da Europa, os quais eram responsáveis pela centralização das decisões acerca das propostas do curso e direcionamento das pesquisas. O processo formativo de professores e pesquisadores ocorria com o convite de estudantes egressos de destaque, para atuarem como auxiliares ou assistentes nas disciplinas, acompanhando as atividades e se preparando para, posteriormente, assumir a docência e se tornar catedrático. A autonomia de nomear e dispensar assistentes era totalmente dos professores catedráticos.

No início da década de 1950, podemos constatar avanços na expansão e articulação política da comunidade científica a partir do surgimento, em 1948, da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) e, em 1949, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). A efetiva estruturação da Pós-Graduação brasileira ocorre em seguida com a criação das principais agências estatais de fomento à pesquisa, no ano de 1951: Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, inicialmente nomeada como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

No que se refere à política nacional, Santos (2003) destaca que acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos nessa época fomentaram o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores. Como resultado, estudantes brasileiros dirigiram-se para os Estados Unidos na intenção de cursar programas de mestrado e doutorado, assim como professores e pesquisadores norte-americanos seguiram com destino ao Brasil, para conduzir formações de Pós-Graduação do tipo *lato* e *stricto sensu*. Possivelmente, isso fez com que a década de 1960 fosse marcada por grande impulso no desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira.

Dessa forma, em 1968, a Lei Federal 5540/68, conhecida como reforma universitária, trouxe medidas baseadas nas universidades de pesquisa norte-americanas, dentre elas a substituição do sistema de cátedras por departamentos, implantação de sistema de créditos no lugar da periodização seriada anual, admissão de instituições de pesquisa, reconhecimento de níveis de mestrado e doutorado dentro dos programas e preservação do relacionamento tutorial entre estudante e docente (Shigunov Neto & Fortunato, 2016).

Balachevsky (2005) distingue o sistema de cátedra do novo modelo departamental adotado a partir de 1968. No primeiro, de origem europeia, a responsabilidade pelo ensino, pesquisa e extensão de uma disciplina permanece com um único professor catedrático, que poderia contar com o auxílio de assistentes por ele nomeados. A autoridade acadêmica do referido docente era de caráter absoluto, visto que estabelecia o conteúdo e demanda das atividades acadêmicas a serem cumpridas pelos estudantes, bem como definia questões, métodos e técnicas de pesquisa mais adequados para o desenvolvimento de pesquisa. Já no sistema departamental, de inspiração norte-americana, o departamento é a menor unidade acadêmica funcional da universidade, sendo composto por um

colegiado de professores com uma especialidade em comum que assume a responsabilidade compartilhada do ensino, pesquisa e extensão.

Assim, conforme o modelo americano, o Parecer Sucupira estabeleceu que a Pós-Graduação se daria em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo, denominados mestrado e doutorado. Além disso, a primeira etapa dos cursos seria dedicada a aulas e a parte final compreenderia à elaboração de trabalho científico de conclusão, denominado, respectivamente, dissertação e tese. Nos cursos de Pós-Graduação, os currículos seriam compostos por conteúdos de *major*, referentes à área de concentração, e de *minor*, compostos por disciplinas relacionadas (Santos, 2003).

A regulamentação do nível de ensino em questão foi colocada em 1969 com o parecer 77/69, também de autoria de Newton Sucupira, dando origem ao período de implantação da Pós-Graduação na modalidade *stricto sensu*, que emergiu sem infraestrutura inicial, portanto denominado por Saviani (2002) como período heroico. O autor cita que a carência de infraestrutura foi suprida com muito trabalho e criatividade do corpo docente, como também houve o emprego de doutores e mestres com formação internacional e alunos titulados nos Programas pioneiros de mestrado instalados no Brasil. Nesse processo, o suporte com financiamento e acompanhamento por parte da CAPES foi fundamental para superação das dificuldades estruturais e aceleração de crescimento na direção da fase de expansão do final dos anos 1970, e consolidação, que teria início somente na década de 1990.

Aqui, vale um adendo: de acordo com Schwartzman (2001), até os primórdios da década de 1960 não há no Brasil indício de valorização e investimento nas Ciências Humanas, o que pode ser justificado pelo fato de a legislação recém promulgada conduzir as faculdades de filosofia para formação de professores secundários e deixar em segundo plano a pesquisa científica. Aqueles interessados em dedicar-se ao ensino, precisavam buscar o Instituto de Educação responsável pela formação de professores, fato relacionado com a falta de interesse no investimento em pesquisadores dedicados ao âmbito das Ciências Humanas.

Não obstante, cabe registrar que a história da pesquisa no Brasil antecede a institucionalização da Pós-Graduação *stricto sensu*. Segundo Gouveia (1971, p. 1), “o reconhecimento da importância da pesquisa verificou-se em 1938, quando se instalou [...] o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino nos seus diferentes aspectos”. Já nas décadas de 1950 e 1960, houve a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais, vinculados ao INEP, que desenvolveram uma base robusta de pesquisa educacional, sociológica e antropológica. O CBPE articulou pesquisadores e futuros professores, que atuavam como assistentes de pesquisa, constituindo um ambiente científico dinâmico posteriormente descaracterizado e, por fim, descontinuado após o golpe civil-militar de 1964. Esse histórico evidencia que a institucionalização da Pós-Graduação não representa o início da pesquisa no país, mas a formalização de um sistema que se estruturou sobre práticas investigativas já existentes.

Assim, foi somente em 1965 que tivemos o início do primeiro Programa de mestrado em Educação no Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, na sequência, em 1969, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Educacional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sobre os primeiros Programas de Pós-Graduação em Educação, Fávero (1996) explica que esses atenderam a uma tripla demanda da época: a demanda social devido à busca por um curso de nível mais elevado na área educacional que difere da pedagogia; a demanda acadêmica e profissional que tange a demanda de formação docente para atuar nos cursos de graduação e outros profissionais nas Secretarias de Educação, ministérios e organizações de desenvolvimento; e a demanda

econômica relacionada à valorização de profissionais com certificação reconhecida no mundo do trabalho.

Após as iniciativas pioneiras da Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi criado, no ano de 1970, o Programa de Mestrado em Currículo da Universidade Federal de Santa Maria, o qual recebeu alunos provenientes de diversas regiões da América Latina. Nos dois anos seguintes, tivemos o ápice da fase de implantação com o surgimento de grande quantidade de Programas, fato que trouxe maior demanda discente do que a capacidade de atendimento dos institutos e departamentos, bem como a implementação de novas formas de titulação de professores.

No período *heroico* de instalação dos primeiros Programas, vimos que o apoio das agências de fomento até então instituídas possibilitou acelerado ritmo de crescimento da Pós-Graduação brasileira, como nos apresenta Balbachevsky (2005). Segundo a autora, ao quantificar que, em 1965, foram identificados pelo Conselho Nacional de Educação 38 cursos de Pós-Graduação, sendo 27 de mestrado e 11 de doutorado. Já em 1975, passados dez anos, foram contabilizados 429 cursos de mestrado e 149 de doutorado, prosseguindo desde então com crescimento ascendente.

Assim, pode-se dizer que, de acordo com Saviani (2002), o período de implantação se completou na primeira metade da década de 1970, quando começou a fase de consolidação e expansão, principalmente a partir de 1984, com a criação de diversos cursos, cujo ápice se deu no início da década de 1990, com o predomínio de instituições particulares. Para o Doutorado essa retomada de expansão inicia em 1989, com notável aumento de Programas com oferta do nível de doutorado (Fávero, 1996).

A fase de consolidação e expansão vai sendo marcada não apenas pelo número crescente de Programas e da oferta de vagas para a formação de mestres e doutores, pois, vai tomando forma um rigoroso sistema de avaliação dessa própria expansão, focado no desempenho dos Programas em cotejamento com o cenário internacional de pesquisa acadêmica, considerando, inicialmente, Programas de excelência aqueles com produção científica estrangeira (Horta & Moraes, 2005). Isso vai possibilitando que a Pós-Graduação brasileira comece a ser reconhecida nacional e internacionalmente como lugar de excelência na produção de conhecimento e na formação de novos pesquisadores.

A avaliação das atividades de Pós-Graduação teve início no final da década de 1970, realizada sistematicamente pela CAPES. Ao longo dos anos, o sistema de avaliação dos Programas de Pós-Graduação foi sendo revisado. Essas revisões alteraram a periodicidade, passando de bienal para trienal, no final da década de 1990 e quadrienal desde 2013, alteraram a escala utilizada, inicialmente por letras de A a E, sendo substituída por uma escala numérica, de 1 a 7 (descredenciando Programas notas 1 e 2), mas, principalmente, seus critérios quantitativos e qualitativos, almejando acompanhar a complexidade do desenvolvimento e expansão da Pós-Graduação no país.

No ano de 1998, a CAPES cria o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), cujo objetivo da avaliação vai além de verificar o desempenho dos Programas, pois envolve financiamento de pesquisa por meio de bolsas e recursos para o fomento de estudos, incluindo verbas para projetos, eventos e publicações, dentre outros. A avaliação auxilia, ainda, na tomada de decisões sobre a expansão da Pós-Graduação, buscando diminuir assimetrias regionais e almejando direcionar a criação de novos Programas onde há escassez, demanda e necessidade.

No processo de avaliação, atualmente a CAPES organiza as áreas científicas do país em 3 colégios – Ciências da Vida; Humanidades; e Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar –, que se organizam em 9 Grandes Áreas e 50 Áreas de Avaliação. Cada Área de Avaliação adota critérios específicos, buscando respeitar suas particularidades teóricas e metodológicas, dentro do escopo maior definido pela CAPES, sendo, principalmente, por meio de critérios que envolvem, dentre outros, a coerência interna do Programa (correlação entre a própria área de avaliação, a área de

concentração, as linhas de pesquisa, o corpo docente, a infraestrutura etc.), a produção acadêmica (docente e discente), o alcance da pesquisa científica, qualidade da formação de novos pesquisadores, impacto social e internacionalização.

A questão da internacionalização passa a ser elemento-chave na avaliação dos Programas, sendo indispensável para alcançar os chamados índices de *excelência* no Brasil, que são as notas 6 ou 7 na avaliação periódica da CAPES. Importante distinção foi feita por Marrara (2007) ao indicar que a internacionalização pode ter um significado de prestígio e reconhecimento, ou pode ter um significado de formação, cooperação e intercâmbio, participando ativamente na construção do conhecimento científico de forma supranacional. A primeira definição, explica, tende a ser mais uma ação de *marketing*, com objetivo de ampliar o número de consumidores de serviço. A segunda, mais pertinente à missão da universidade como instituição de promoção dos conhecimentos científicos e seu envolvimento direto com o desenvolvimento amplo e complexo da humanidade, diz respeito ao efetivo intercâmbio de pessoas, saberes, tecnologia e recursos.

Nesse sentido, Ramos (2018) mapeou os 322 Programas qualificados com notas 6 ou 7 no país (o que corresponde a menos de 12%) na avaliação de 2010, tendo identificado a internacionalização na concepção de seus coordenadores ou coordenadoras. Segundo os dados obtidos, a internacionalização envolve, em ordem de importância, atividades de mobilidade acadêmica, formação de redes científicas, eventos científicos internacionais, publicações em revistas estrangeiras e coautoria em trabalhos acadêmicos. Vimos, com Paiva e Brito (2019), que a internacionalização passa a ser, ao mesmo tempo, um objetivo e um desafio para a Pós-Graduação brasileira, pois, enquanto se busca o intercâmbio e a colaboração na pesquisa científica para solução de problemas nacionais, para desenvolvimento tecnológico etc., enfrenta-se a questão da escassez de recursos financeiros necessários para promoção da internacionalização.

O Quadro 1 apresenta um resumo da história da criação e estabelecimento da Pós-Graduação brasileira, nas três etapas identificadas por Saviani (2002): antecedentes, heroico e consolidação e expansão.

Quadro 1

Histórico da Pós-Graduação no Brasil, em Três Fases

Fase	Data	Evento
antecedentes	1931	Estatuto das Universidades Brasileiras: A Revolução de 1930 motivou reformas na educação superior, lideradas por Francisco Campos. O Decreto nº 19.851 estabeleceu o primeiro estatuto universitário do Brasil, inspirado no modelo europeu.
	Década de 1940	Criação da SBPC e CBPF: A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1948) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1949) promoveram a organização científica no Brasil e fortaleceram a articulação entre pesquisadores.
	1951	Criação do CNPq e da CAPES: O Conselho Nacional de Pesquisa (atual CNPq) e a CAPES foram fundados para incentivar a pesquisa e a internacionalização da formação científica, por meio de bolsas e apoio a pesquisadores.
	1961	Mudança de nome da CAPES: A instituição passou a se chamar Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, consolidando seu papel na promoção da Pós-Graduação.
	1965	Parecer Sucupira (Parecer nº 997/65): O documento formalizou e regulamentou a Pós-Graduação no Brasil, estabelecendo os níveis de mestrado e doutorado e criando um sistema de avaliação para os programas.

Fase	Data	Evento
	1968	Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68): Inspirada no modelo americano, a reforma substituiu o sistema de cátedras por departamentos, implementou o sistema de créditos e institucionalizou o relacionamento tutorial entre docentes e estudantes.
heroico	1969	Regulamentação da Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> . Emissão do parecer 77/69, assinado por Newton Sucupira, dando origem ao período de implantação nacional da Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .
	1975	Crescimento dos Programas de Mestrado e Doutorado : O número de programas de Pós-Graduação subiu de 38 (1965) para 578 (1975), impulsionado pelas políticas de fomento e apoio da CAPES.
consolidação e expansão	1980	Consolidação da Pós-Graduação : A expansão trouxe novos programas de doutorado e maior estabilidade aos Programas de Pós-Graduação.
	Década de 1990	Expansão nas Instituições Privadas : A Pós-Graduação cresceu em instituições particulares, ampliando o acesso ao ensino e diversificando a oferta de cursos.
	Década de 2000	Internacionalização e Avaliação CAPES : A CAPES implementou o Sistema Nacional de Pós-Graduação, cujo sistema de avaliação periódica permite verificar o desempenho dos Programas, melhorar a distribuição de recursos e diminuir assimetrias regionais no país.
	Década de 2010 ...	Reconhecimento Internacional : O sistema brasileiro de Pós-Graduação passa a buscar reconhecimento global, incluindo a internacionalização como elemento-chave na avaliação de seus Programas.

Fonte. Dados da pesquisa, organizados pelos autores (2024).

Vimos, assim, que a evolução da Pós-Graduação no Brasil foi marcada pela implementação de Programas de Mestrado e Doutorado, que ocorreram em um contexto de crescente valorização da pesquisa. Desde o início, e notadamente a partir de 1998, foi estruturado o Sistema Nacional de Pós-Graduação para regulamentar essas iniciativas, estabelecendo diretrizes com o objetivo de garantir a qualidade da formação acadêmica. Essa estruturação permitiu uma melhor articulação entre instituições de ensino e agências de fomento, abordando as demandas sociais e econômicas do país.

Assim, os três momentos identificados por Saviani (2002) representam modos distintos de organização institucional em diálogo com as condições políticas, econômicas e acadêmicas de cada período. Não constituem, portanto, um processo natural ou progressivo de evolução da Pós-Graduação, mas respostas históricas contingentes que foram configurando o sistema em sua complexidade. A seção seguinte trata justamente do sistema regulatório da Pós-Graduação e os avanços e desafios enfrentados no contexto nacional.

Histórico, Diretrizes e Estrutura dos Planos Nacionais de Pós-Graduação

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação, ora referidos apenas como PNPG, determinam diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. Desde o Parecer Sucupira, de 1965, foram contabilizados sete planos nacionais, fundamentais para o avanço estrutural e alicerçamento da estrutura dessa etapa de formação acadêmica.

Os primeiros movimentos que resultaram na formulação *do I Plano Nacional de Pós-Graduação* tiveram início em 1970, a partir do decreto ministerial 67.348, o qual instituiu o Programa Intensivo

de Pós-Graduação, nas áreas ligadas ao desenvolvimento tecnológico do País. Na sequência, visando promover a institucionalização dos cursos emergentes, em 1973 foi organizado um grupo de trabalho para sistematizar ações iniciais na definição uma política nacional de Pós-Graduação. Essa demanda inicial resultou no Conselho Nacional de Pós-Graduação que elaborou o I Plano Nacional de Pós-Graduação, com vigência para o período de 1975 a 1979.

O I PNPG, articulado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento – que priorizava a infraestrutura, transportes, telecomunicações, ciência, tecnologia e expansão industrial – foi concebido com a ideia de que a expansão da Pós-Graduação deveria ser planejada e gerida pelo Estado. A partir da necessidade de regulamentação, constatou-se demandas das instituições de formação e pesquisa na habilitação de professores e profissionais que suprissem a grande oferta de vagas diversificadas, assim como no encaminhamento e execução de projetos de pesquisa capazes de subsidiar o sistema produtivo e setor público (Oliveira & Fonseca, 2010).

Assim, o I PNPG apresentou como objetivos principais: institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável; elevar os padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; e planejar a sua expansão tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões (Brasil, 2005). Para as metas apresentadas, foram propostos os programas de concessão de bolsas para alunos de tempo integral; extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente, que era recente e realizado em pequena escala pelo Ministério da Educação (MEC); e admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias (Brasil, 2005).

Aqui vale salientar que o I PNPG é instituído durante a ditadura militar, que faz com que se observe um paradoxo que permeou seu objetivo central marcado pelo propósito de formar especialistas no âmbito da docência, pesquisa e atuação técnica para o parque industrial brasileiro, ainda com herança da política desenvolvimentista praticada no país desde anos anteriores, em ocasião do governo de Juscelino Kubitschek. Assim, caberia a análise acerca do que caberia à Pós-Graduação, ou seja: colaborar com o Estado autoritário que exigia resultados ou atender às demandas de pesquisa da realidade nacional.

Com esses direcionamentos, iniciou-se um processo de burocratização nas universidades, gerando uma necessidade de gestão e normatização das atividades, especialmente nos cursos de Pós-Graduação. Esse cenário demandava uma avaliação adequada das atividades de pesquisa e da formação de professores universitários e pesquisadores. Para atender a essa necessidade, foi proposta, em 1976, a primeira avaliação das atividades de Pós-Graduação, que a CAPES implementou em 1978, com o auxílio de comissões de consultores. Após a extinção do Conselho Nacional de Pós-Graduação, a CAPES passou a ser reconhecida pelo MEC como Agência Executiva do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e ficou responsável pela elaboração do *II Plano Nacional de Pós-Graduação* (1982-1985), formulado e implementado nos últimos anos do regime militar.

A principal meta do II PNPG foi a formação de professores qualificados para atuar no ensino, na pesquisa e no suporte aos setores público e privado. No entanto, o foco não se limitou ao aumento quantitativo de docentes capacitados. Houve também uma preocupação significativa com a qualidade dos processos formativos. Essa abordagem ressaltou a importância dos mecanismos de avaliação, resultando em um aumento dos investimentos para consolidar e aprimorar o sistema de acompanhamento e avaliação dos programas pela CAPES, com significativa participação da comunidade acadêmica. É importante destacar que o período de vigência do II PNPG é marco por ser um período de finalização da ditadura militar e, portanto, abrange todo um movimento nacional de transição democrática, no auge do movimento das “Diretas já!”, portanto, uma época de se pensar estratégias para fortalecer a avaliação da Pós-Graduação, além de uma forte preocupação com a qualidade da produção científica nacional.

Tanto o primeiro quanto o segundo PNPG demonstram enfoque na formação de recursos humanos com professores devidamente qualificados a nível de mestrado e doutorado, considerando a necessidade de produção científica e tecnológica no Brasil. No I PNPG a preocupação esteve voltada a suprir a demanda na esfera educativa, colaborando para ampliação dos programas em ascensão. Já no II PNPG, a perspectiva assumida pela CAPES foi de buscar uma vasta e eficaz formação, de modo a fomentar o setor produtivo. Em ambos os documentos se fizeram presentes os objetivos de institucionalização da Pós-Graduação e aumento qualitativo dos cursos em desenvolvimento, bem como das pesquisas fomentadas.

Entre 1986 e 1989, foi formulado o *III Plano Nacional de Pós-Graduação*, em alinhamento com o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, o primeiro governo civil após 20 anos de ditadura militar. Esse período foi marcado por uma grave crise econômica e por uma busca por autonomia nacional, com ênfase na independência econômica, científica e tecnológica para o próximo século. Nesse sentido, o III PNPG traduzia uma preocupação com impactos e prejuízos causadas pelas precariedades socioeconômicas no Brasil (alto custo de vida, instabilidade no emprego, poucos recursos para as pesquisas, escassez de produção e qualificação profissional). A Pós-Graduação teria um papel essencial nesse processo, promovendo a formação de recursos humanos de alto nível para expandir a produção científica nacional. O plano manteve os direcionamentos anteriores, destacando a necessidade de institucionalizar e ampliar as atividades de pesquisa como parte fundamental da Pós-Graduação, integrada ao sistema nacional de ciência e tecnologia. Além disso, o III PNPG expressava uma tendência ao desejo que se manifestava nas instituições de ensino superior do país em promover a integração de vários campos da ciência e Pós-Graduação, desde uma perspectiva interdisciplinar de pensar e produzir conhecimento científico, fortemente manifestada no campo intelectual da época.

Os objetivos do III PNPG foram consolidar e aprimorar os cursos de Pós-Graduação, institucionalizar a pesquisa nas universidades e integrar a Pós-Graduação ao setor produtivo (Brasil, 2005). Esse plano enfatizava a universidade como um espaço essencial para o desenvolvimento do país, sendo o *locus* privilegiado de produção de saberes. Para isso, foram estabelecidas medidas específicas, como investimentos em pesquisa no orçamento universitário, valorização da produção científica na carreira docente, fortalecimento do pós-doutorado e atualização de recursos de pesquisa em bibliotecas e laboratórios. O plano também reforçou a integração entre ciência, tecnologia e setor produtivo, com especial atenção para reduzir a disparidade regional, destacando a importância da produção científica em áreas como a Amazônia. Esse período marcou a valorização da universidade como um espaço propício para o desenvolvimento científico, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e favorecendo as atividades de pesquisa dos docentes com mais tempo e recursos.

Em 1996, a diretoria da CAPES iniciou o processo de formulação de um novo Plano Nacional de Pós-Graduação, organizando um seminário nacional chamado “Discussão da Pós-Graduação Brasileira” para debater problemas e perspectivas. Entre os principais temas estavam a estrutura da Pós-Graduação no Brasil, a formação de recursos humanos, a pesquisa e o mundo do trabalho, a integração com a graduação, a carreira acadêmica, a avaliação da CAPES, a expansão e o financiamento da Pós-Graduação (Brasil, 2005). Em 1997, a comissão coordenadora redigiu uma versão *preliminar* do *IV Plano Nacional de Pós-Graduação*, baseada nas discussões do seminário, mas a versão final não foi concluída devido à crise econômica e à falta de integração entre as agências de fomento. No entanto, algumas recomendações do período foram implementadas, como a expansão e diversificação do sistema, ajustes na avaliação e um maior alcance internacional. Nesse sentido, o documento não foi publicado e, portanto, nem chegou a ser institucionalizado como proposição da CAPES para o SNPG, tendo ficado mais restrito à CAPES. No entanto, o conhecimento de seu conteúdo, de diferentes maneiras e com variadas proporções, repercutiu nos programas de Pós-

Graduação nas instituições em todo o país. Há que se destacar que o documento expressava uma tendência a se pensar a diversificação do modelo de Pós-Graduação; com uma preocupação em se pensar os processos de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado. Além disso, é reforçada a busca de maior inserção internacional dos programas e da produção científica nacional. Para tanto, o texto ressaltava a intencionalidade em torno da implementação de estratégias para ampliar a Pós-Graduação no Brasil.

A aprovação do *V Plano Nacional de Pós-Graduação* aconteceu no ano de 2003, com validade até o ano de 2010, destacando o objetivo de qualificação dos programas e estruturação da produção científica em prol do desenvolvimento socioeconômico e cultural da nação. Há também a defesa da Pós-Graduação como contributo fundamental para modernização do país por meio da qualificação profissional em áreas diversas, que resultou no investimento estatal para consolidação dos mestrados profissionais, sobretudo marcada pela forte preocupação com o desenvolvimento profissional de professores da educação básica. As metas elencadas para o período foram o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; e a formação de quadros para mercados não acadêmicos (Brasil, 2005). No documento ressalta-se a emergência de demandas diferenciadas com o surgimento de novos programas, que encontram resistência em razão do modelo enrijecido em vigor. Assim, desafios foram identificados na tentativa de atender os requisitos trazidos como a flexibilização do modelo de Pós-Graduação; profissionais de diferentes perfis para suprir os setores dentro e fora da academia; articulação em rede como forma de reduzir os desníveis regionais quanto a oferta e desempenho dos programas; e atendimento aos contemporâneos campos de conhecimento.

Ao analisar o V PNPG, podemos identificar a perspectiva de crescimento em quatro pontos: a formação de professores para atuação em nível superior; formação de professores para atuação na Educação Básica, formação e especialização de profissionais aptos trabalho nas esferas pública e privada; e a formação e especialização de profissionais aptos a atuar em empresas públicas e privadas na área técnica e de pesquisa. O Plano cita, ainda, as universidades como ponto de estímulo à cooperação internacional, com a institucionalização do intercâmbio de alunos e docentes para apresentação de projetos e investimentos de agências do exterior. É relevante ressaltar que o V PNPG guarda aproximação com outras preocupações, planos e políticas nacionais. Um exemplo disso é a ênfase dada à educação pública, marcada pela necessidade de ampliar as políticas de universalização da educação básica de modo a atender a população em idade escolar, também com expansão de modo a atingir a educação de jovens e adultos. Além disso, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, coaduna com ampliação da oferta de curso superior de modo a diminuir as assimetrias regionais e a ampliação da interiorização da universidade. Ao ampliar as instituições, ampliaram-se também o quantitativo de docentes, muitos dos quais ainda sem concluir seus processos de formação pós-graduada, o que repercute na necessidade de mais oferta de programas e de cursos de Pós-Graduação em mais variadas áreas do conhecimento que compõem o SNPG, posto que a ampliação dos quadros profissionais das universidades representou o aumento da demanda e da necessidade de formação pós-graduada.

Em continuidade aos planos anteriores, a CAPES lançou em 2010 o *VI Plano Nacional de Pós-Graduação*, válido até 2020, com o objetivo de fortalecer a política de Pós-Graduação e a produção científica no Brasil. Pela primeira vez, o plano foi integrado ao Plano Nacional de Educação do MEC, no ano de 2014, e buscou alinhar os programas de Pós-Graduação brasileiros aos padrões de programas internacionais. Entre os objetivos centrais estavam a valorização das especificidades de cada programa em termos de objetivos, currículo e resultados.

Para atingir essas metas, foram propostas várias mudanças, como: direcionar a formação acadêmica ao doutorado, estabelecendo o título de mestre como etapa específica e reservando o

mestrado profissional como modalidade mais buscada; flexibilizar currículos, créditos e pesquisas; implementar uma transição gradual para um modelo mais adaptável; avaliar programas com base em resultados como títulos, publicações e internacionalização; criar um índice nacional de citações; reestruturar comitês de avaliação incluindo representantes internacionais; e incentivar a atração de professores e estudantes estrangeiros. Nesse período houve forte expansão dos programas profissionais na Área de educação, tendo sido aprovado o primeiro curso de Doutorado Profissional na Área de Educação, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

É necessário contextualizar que o VI PNPG foi marcado, inicialmente, pela herança das políticas de expansão da educação superior, muito presentes na década anterior, notadamente do Reuni. Esse PNPG também foi conduzido a partir do destaque que o Brasil havia alcançado no cenário internacional, como um país que se configurou como uma das potências econômicas mundiais, fazendo com que a Pós-Graduação também expressasse a necessidade de que o Brasil também se destacasse como potência científica, fortalecendo a pesquisa e a Pós-Graduação, tendo em vista a possibilidade de garantir um relevo internacional para a produção intelectual nacional.

Assim, a avaliação dos programas de Pós-Graduação foi fortemente marcada pela regulação dos produtos e também pelos processos, incluindo a dinâmica de constituição e manutenção da Pós-Graduação (avaliação, inclusive quantitativa da produção).

Não se pode esquecer de referir às mudanças nos rumos da política nacional decorrente do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que gerou um série de drásticas interrupções de políticas e processos de gestão, a exemplo da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos, limitando, desse modo, o financiamento da pesquisa e da Pós-Graduação, quando muitas ações e planos foram comprometidos ou tiveram de ser interrompidos por falta de verbas, gerando a “morte por inanição”

Há que se relembrar, ainda, do avanço do conservadorismo no Brasil, com negação da Ciência e das instituições educacionais, sobretudo no ensino superior, o que atingiu fortemente a Pós-Graduação; ocasião em que houve ano sem abertura pela CAPES para a proposição de cursos novos. Junto com isso, a Pandemia de Covid-19, que desafiou fortemente a ciência, causando limitações de muitos estudos por impossibilidade de contato entre as pessoas.

Por fim, o *VII Plano Nacional de Pós-Graduação*, que deveria ter sido elaborado e aprovado previamente para vigorar nos anos de 2021 a 2030, mas tornou-se o PNPG 2025-2029, tendo sido disponibilizada já em 2025. O foco expresso no VII PNPG é promover a qualidade e a equidade na formação de recursos humanos de alto nível por meio da Pós-Graduação. Seus principais objetivos incluem ampliar a formação para atender às demandas do mercado, integrar a extensão universitária, fortalecer a articulação com a educação básica, garantir equidade no acesso à formação continuada e estimular a internacionalização da Pós-Graduação.

No VII PNPG também é possível perceber algumas novidades, mas sobretudo algumas manutenções das preocupações registradas no PNPG anterior, a exemplo da redução das assimetrias regionais; interiorização com a criação de programas e cursos nas instituições onde há menos incidência de programas. A importância da inserção local/regional e nacional/internacional da Pós-Graduação por meio dos docentes, dos pós-graduandos e dos egressos, com destaque para os processos, sem perder de vista também os produtos advindos da Pós-Graduação, evidenciados pela divulgação da produção intelectual. Almeja-se, assim, solidificar um sistema educacional mais inclusivo e de qualidade no Brasil.

Uma sistematização dos principais objetivos e avanços trazidos por cada Plano Nacional de Pós-Graduação pode ser observada no Quadro 2.

Quadro 2*Sistematização dos Planos Nacionais de Pós-Graduação*

Planos	Vigência	Foco	Objetivos	Avanços
I PNPG	1975 – 1979	Formação de professores com qualificação para o ensino, pesquisa e suporte nos setores público e privado.	Institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades com financiamento estável; elevar os padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; planejar a sua expansão com estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões.	Concessão de bolsas; extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente; admissão de docentes de forma regular e programada.
II PNPG	1982 – 1985	Qualidade dos processos formativos na Pós-Graduação.	Institucionalizar a Pós-Graduação; melhorar a qualidade dos cursos ofertados e das pesquisas desenvolvidas.	Institucionalização e aperfeiçoamento do modelo de avaliação da Pós-Graduação já existente sob responsabilidade da CAPES.
III PNPG	1986 – 1989	Pós-Graduação em prol da conquista de autonomia nacional.	Consolidar e melhorar o desempenho dos cursos de Pós-Graduação; institucionalizar a pesquisa nas universidades; e integrar a Pós-Graduação ao setor produtivo.	Investimentos específicos em pesquisa, valorização da produção científica na carreira docente, fortalecimento do pós-doutorado e atualização dos recursos de pesquisa.
IV PNPG	Sem versão definitiva	Diversificação do modelo de Pós-Graduação, adaptações no modelo de avaliação dos cursos e alcance internacional.	Organização da Pós-Graduação brasileira; formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e o mundo do trabalho; integração entre Pós-Graduação e graduação; carreira acadêmica e qualificação do corpo docente; avaliação da CAPES; expansão da Pós-Graduação; e financiamento e custo da Pós-Graduação.	Sem versão definitiva
V PNPG	2005 – 2010	Crescimento equânime do sistema nacional de Pós-Graduação e atendimento das demandas científicas, tecnológicas, econômicas e sociais do país.	Qualificação dos programas e estruturação da produção científica em prol do desenvolvimento socioeconômico e cultural da nação; fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; formação de docentes para todos os níveis de ensino; e a formação de quadros para mercados não acadêmicos.	Aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da Pós-Graduação e formação de profissionais qualificados para as exigências do atual contexto globalizado.

Planos	Vigência	Foco	Objetivos	Avanços
VI PNPG	2011 – 2020	Melhoria qualitativa do sistema educacional brasileiro, formação para setores estratégicos; internacionalização e financiamento da Pós-Graduação.	Aproximar os programas de Pós-Graduação brasileiros em maior escala de outros programas internacionais fortalecidos e amadurecidos; e considerar as particularidades dos programas com base nos objetivos traçados, currículo e produto.	Doutorado como objetivo da formação pós-graduada acadêmica; flexibilidade por parte dos programas para definição de grade curricular, créditos e modalidades de pesquisa; avaliação quantitativa e qualitativa dos programas por seus resultados; índice de citações nacional; reestruturação dos comitês avaliativos; incentivo ao recrutamento de estrangeiros.
VII PNPG	2025 – 2029	Promover a qualidade e a equidade na formação de recursos humanos de alto nível por meio da Pós-Graduação.	Ampliar a formação para atender às demandas do mercado, integrar a extensão universitária, fortalecer a articulação com a educação básica, garantir equidade no acesso à formação continuada e estimular a internacionalização.	Foco na equidade; integração da Extensão Universitária; articulação com a Educação Básica; internacionalização.

Fonte. Dados da pesquisa, organizados pelos autores (2025).

Assim, a trajetória dos Planos Nacionais de Pós-Graduação revela um processo contínuo de aprimoramento e institucionalização dessa etapa formativa, ressaltando a importância da regulamentação e da qualidade dos Programas.

É possível registrar que ao longo de décadas de história da Pós-Graduação no Brasil, com diferentes PNPG, há algumas mudanças e permanências, destacando para os seis primeiros PNPG e para o VII PNPG a ênfase nos sujeitos (docentes, pós-graduandos e egressos) e o destaque para os processos e não apenas para os produtos, sem nunca perder de vista a importância dos resultados que podem/devem ser percebidos por meio das mudanças nos programas e nas realidades sociais de abrangência desses.

Considerações Finais

A trajetória dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) reflete a evolução da educação superior e da produção científica no Brasil, evidenciando o papel estratégico da Pós-Graduação no desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país. Desde a institucionalização desse nível de ensino com o Parecer Sucupira, em 1965, até os planos mais recentes, observa-se um movimento contínuo de expansão, qualificação e adaptação às novas demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

Cada PNPG foi concebido em contextos sociopolíticos específicos, moldando suas diretrizes conforme as necessidades da época. Os primeiros planos, formulados durante o regime militar, tinham um viés desenvolvimentista e buscavam suprir a carência de recursos humanos qualificados, enquanto os planos posteriores passaram a enfatizar a qualidade da formação, a diversificação dos programas e a necessidade de internacionalização. Essa evolução demonstra um esforço constante

de aprimoramento e alinhamento da Pós-Graduação às demandas globais, sem perder de vista as especificidades nacionais e regionais.

Destaca-se, ainda, a importância da avaliação contínua dos programas, iniciada pela CAPES a partir do II PNPG, como ferramenta essencial para a consolidação da Pós-Graduação brasileira. A busca por critérios mais refinados de qualidade e desempenho impulsionou o crescimento e a credibilidade da pesquisa científica nacional, tornando o Brasil um ator relevante no cenário acadêmico internacional. No entanto, desafios persistem, como a desigualdade regional na oferta de cursos, a necessidade de maior articulação com o setor produtivo e a adaptação às novas exigências, como a interdisciplinaridade e a inovação tecnológica.

Ao longo das décadas, os PNPG têm demonstrado a relevância de políticas públicas consistentes e bem fundamentadas para o fortalecimento da Pós-Graduação no Brasil. A inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecida nos últimos planos, evidencia o papel crucial da Pós-Graduação na construção de um país mais justo e competitivo, capaz de gerar conhecimento e inovação em benefício da sociedade. Assim, à medida que o país se prepara para os desafios futuros, é fundamental que os novos planos considerem não apenas as demandas acadêmicas e científicas, mas também as transformações sociais e econômicas em curso, garantindo a sustentabilidade e a relevância da Pós-Graduação brasileira no cenário global.

Não obstante, apesar da importância dos PNPG para a consolidação e expansão da Pós-Graduação no Brasil, mas não estão isentos de críticas e ressalvas. Um dos principais desafios enfrentados é a persistência das desigualdades regionais, pois, apesar dos esforços de interiorização, a concentração dos programas nas regiões Sul e Sudeste ainda é predominante. Isso limita o acesso de estudantes e pesquisadores de outras regiões, perpetuando disparidades na distribuição do conhecimento e das oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico no país.

A expansão quantitativa da Pós-Graduação conviveu com a consolidação de um modelo de avaliação que estabeleceu parâmetros específicos de desempenho e institucionalizou determinadas formas de produzir e divulgar conhecimento. Essa coexistência gera tensões importantes: se, por um lado, o sistema cresceu de maneira expressiva, por outro, esse crescimento esteve frequentemente condicionado a critérios avaliativos que moldaram práticas acadêmicas, induziram comportamentos institucionais e reforçaram assimetrias regionais e de área. Como mostram os próprios PNPG e a sistematização apresentada no Quadro 2, a expansão não pode ser compreendida como um movimento evolutivo homogêneo, mas como processo marcado por disputas e diferentes racionalidades políticas.

Ademais, ao longo das últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1990, o sistema de avaliação da CAPES consolidou uma ênfase significativa em métricas quantitativas, como número de publicações e impacto em periódicos indexados. Entretanto, essa orientação vem sendo revisada pela própria CAPES, que reconhece limites do produtivismo acadêmico e aponta, em documentos recentes, a necessidade de ampliar o peso de dimensões qualitativas, da relevância social das pesquisas e de critérios que valorizem especificidades de áreas e contextos regionais. Nesse sentido a agência traz, no novo PNPG, um modelo de avaliação dos Programas para o quadriênio 2025-2028, diminuindo a valoração do fator quantidade e ampliação do fator qualidade.

Outro ponto crítico é a precarização do financiamento da Pós-Graduação. Os sucessivos cortes de recursos e a redução no número de bolsas dificultam a manutenção da qualidade da pesquisa e comprometem a atração e retenção de talentos. A falta de investimentos adequados impacta diretamente a infraestrutura dos programas e a capacidade de desenvolver pesquisas inovadoras e de longo prazo.

A internacionalização da Pós-Graduação também enfrenta obstáculos significativos. Apesar de ser uma diretriz constante nos PNPG, sua implementação esbarra em desafios como barreiras linguísticas, custos elevados de mobilidade acadêmica e a necessidade de maior reconhecimento da

produção científica brasileira no exterior. Esses fatores dificultam a participação de estudantes e pesquisadores em redes internacionais e reduzem as oportunidades de intercâmbio de conhecimento.

Não se pode ignorar, ainda, que a inserção profissional dos egressos da Pós-Graduação é um desafio significativo. Muitos doutores enfrentam grandes dificuldades para se inserir no mundo do trabalho, enfrentando barreiras tanto fora do ambiente acadêmico quanto dentro dele, onde as oportunidades também são cada vez mais restritas. Essa restrição evidencia a necessidade de repensar a formação oferecida pelos programas, tornando-a mais conectada às demandas do setor público e privado. Dessa forma, é essencial que os próximos PNPG contemplem estratégias que promovam a diversificação das trajetórias profissionais dos pós-graduandos, ampliando suas oportunidades de atuação.

Assim, embora os PNPG tenham proporcionado avanços importantes, é necessário um olhar crítico e atento às suas limitações. Isso porque, a construção de políticas mais alinhadas às demandas sociais e econômicas do país é essencial para garantir que a Pós-Graduação tenha um efetivo papel estratégico no desenvolvimento nacional. Por fim, é importante destacar que, embora os PNPG se sucedam no tempo, eles não configuram um continuum evolutivo. Cada plano expressa condições históricas específicas e diferentes projetos de Estado – e projetos de governos – para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico nacional. Reconhecer essa descontinuidade permite compreender a Pós-Graduação brasileira não como resultado inevitável de um percurso linear, mas como construção histórica marcada por tensões, disputas e reorientações permanentes.

Referências

- Balbachevsky, E. (2005). A pós-graduação no Brasil: Novos desafios para uma política bem-sucedida. In C. Brock & S. Schwartzman (Orgs.), *Os desafios da educação no Brasil* (pp. 275-304). Nova Fronteira.
- Brasil, Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2005). *V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília, DF: Autor.
- Fávero, O. (1996). Situação atual e tendências de reestruturação dos programas de pós-graduação em educação. *Revista da Faculdade de Educação da USP*, 22(1), 51-88.
- Gouveia, A. J. (1971). A pesquisa educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 1(1), 1-48.
- Horta, J. S. B., & Moraes, M. C. M. de (2005). O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, 30, 95-116. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300008>
- Marrara, T. (2007). Internacionalização da pós-graduação: Objetivos, formas e avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 4(8), 245-262.
- Mesquita, A. L. (2024). *Mestrado acadêmico e o desenvolvimento profissional de professores da educação básica: Contribuições na formação, pesquisa e prática de egressos do PPGEd-So* (Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP).
- Oliveira, J. F., & Fonseca, M. (2010). A Pós-Graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In J. F. Oliveira, A. M. Catani, & N. S. C. Ferreira (Orgs.), *Pós-graduação e avaliação: Impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional* (pp. 15-52). Mercado de Letras.
- Paiva, F. M., & Brito, S. H. A. de (2019). O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da pós-graduação em educação no Brasil (2010-2016). *Avaliação*, 24(2), 493-512. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000200009>
- Ramos, M. Y. (2018). Internacionalização da pós-graduação no Brasil: Lógica e mecanismos. *Educação e Pesquisa*, 44, e161579. <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201706161579>

- Santos, C. M. dos. (2003). Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, 24(83), 627-641. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>
- Saviani, D. (2002). A pós-graduação em educação no Brasil: Pensando o problema da orientação. In L. Bianchetti & A. M. N. Machado (Orgs.), *A bússola do escrever: Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações* (pp. 135-163). Cortez.
- Shigunov Neto, A., & Fortunato, I. (2016). O processo de transformação da universidade brasileira e os professores universitários à luz da lei nº 5540/68: passado ou presente? *Tendências Pedagógicas*, 28, 195-202. <https://doi.org/10.15366/tp2016.28.014>
- Schwartzman, S. (2001). *Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil*. Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.

Sobre a Autora e os Autores

Aline Luz Mesquita

Colégio Ápice

lih_mesquita@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7482-0795>

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba (UFSCAr-So, 2024).

Ivan Fortunato

Instituto Federal de São Paulo

ivanftr@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1870-7528>

Doutor em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH/USP, 2022), Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias (IB/UNESP, 2018) e Doutor em Geografia (IGCE/UNESP, 2014). Professor de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo, campus Itapetininga. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Claudio Pinto Nunes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

claudionunesba@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1514-6961>

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2010). Professor Titular Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - 1D.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 34 Número 56

9 de junho 2026

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído, e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton College for Teaching and Learning Innovation, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu
